

A "GUERREIRA" SOFREDORA: O IMPACTO DAS NARRATIVAS MIDIATIZADAS NAS REDES DE MÃES E ESPOSAS DE PRESOS

THE SUFFERING "WARRIOR": THE IMPACT OF MEDIATIZED NARRATIVES ON
THE SOCIAL NETWORKS OF INMATES' MOTHERS AND WIVES

LA "GUERRERA" SUFRIENTE: EL IMPACTO DE LAS NARRATIVAS
MEDIATIZADAS EN LAS REDES SOCIALES DE LAS MADRES Y ESPOSAS DE
HOMENS PRIVADOS DE LIBERTAD

Natália Kleinsorgen Bernardo Borges

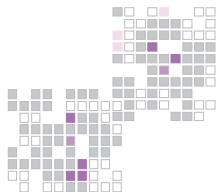
■ É doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (PPGMC/UFF), bolsista da CAPES.

■ E-mail: nataliakbb@id.uff.br

Geisa Rodrigues

■ É professora Associada da Universidade Federal Fluminense (UFF) Departamento de Comunicação Social. Doutora em Letras pela PUC-Rio, Mestre em Comunicação pela UFF.

■ E-mail: geisarodrigues@id.uff.br



RESUMO

O presente artigo pretende expor algumas marcas discursivas oriundas da midiatização dos papéis sexuais femininos, com foco nas mães e esposas de homens encarcerados. Para isso, definimos “feminilidade” como processo orientador da socialização feminina, utilizando principalmente Margarita Pisano (2004), Rose Marie Muraro (2017), Audre Lorde (2019) e Patricia Hill Collins (2019). Trazemos também o conceito de “prisionização secundária” (Megan Comfort, 2008) para debater o papel das instituições na vida dessas mulheres, analisar algumas páginas auto-organizadas por elas no Instagram, e perceber as reproduções e enfrentamentos dos papéis sexuais.

PALAVRAS-CHAVE: FEMINILIDADE; SOCIALIZAÇÃO FEMININA; PRISIONIZAÇÃO SECUNDÁRIA.

ABSTRACT

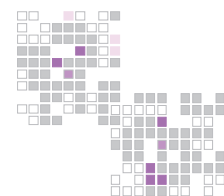
This article intends to expose some discursive marks arising from the mediatization of female sexual roles, focusing on the mothers and wives of incarcerated men. For this, we define “femininity” as the guiding process of female socialization, using mainly Margarita Pisano (2004), Rose Marie Muraro (2017), Audre Lorde (2019) and Patricia Hill Collins (2019). We also bring the concept of “secondary prisonization” (Megan Comfort, 2008) to discuss the role of institutions in the lives of these women, analyze some pages self-organized by them on Instagram, and understand the reproductions and resistance to sexual roles.

KEYWORDS: FEMININITY; FEMALE SOCIALIZATION; SECONDARY PRISONIZATION.

RESUMEN

Este artículo pretende exponer algunas marcas discursivas surgidas de la mediatización de los roles sexuales femeninos, centrándose en las madres y esposas de hombres encarcelados. Para ello, definimos “feminidad” como el proceso rector de la socialización femenina, utilizando principalmente a Margarita Pisano (2004), Rose Marie Muraro (2017), Audre Lorde (2019) y Patricia Hill Collins (2019). También traemos el concepto de “prisionización secundaria” (Megan Comfort, 2008) para discutir el papel de las instituciones en la vida de estas mujeres, analizar algunas páginas autogestionadas por ellas en Instagram y percibir las reproducciones y confrontaciones de roles sexuales.

PALABRAS CLAVE: FEMINIDAD; SOCIALIZACIÓN FEMENINA; PRISIONIZACIÓN SECUNDARIA.



1. A “guerreira” sofredora e a socialização feminina

Na sociedade em que vivemos, assumir que há seres humanos que “gostam de sofrer” parece mais fácil do que assimilar o fato de que somos estimuladas, desde muito novas, a trocar a própria dignidade “por amor”. Basta dar uma olhada em algumas das expressões encontradas nas matérias e reportagens de jornais¹ sobre esposas, companheiras e mães de homens em situação de cárcere — “amor atrás das grades”; “o amor que move mulheres apaixonadas por criminosos”; e “sentimentos no cárcere” são algumas delas. Essas manchetes demonstram como o estereótipo da mulher sofredora permeia o imaginário popular, alavancado pelo aparato midiático, ora concedendo status de “heroínas” a essas mulheres, ora estigmatizando-as como as que “escolhem” sofrer, fazendo uso de expressões muito atreladas ao senso comum como “mulher de malandro”, “amor bandido”, entre outras.

A fim de questionar a romantização dos papéis sexuais que são socialmente atribuídos às mulheres, enquanto grupo social, as psicólogas Dee L. R. Graham, Edna I. Rawlings e Roberta K.

Rigsby (1994) tomam como ponto de partida a Síndrome de Estocolmo, e propõem um novo olhar sobre os relacionamentos heterossexualizados. Do ponto de vista das pesquisadoras, a violência masculina é basilar para compreender a atual situação e dependência psicológica das mulheres, em relação aos homens.

Em 1973, três mulheres e um homem foram mantidos reféns em um dos maiores bancos de Estocolmo (Suécia) por dois ex-presidiários. Esses dois homens ameaçaram suas vidas, mas também foram gentis com essas pessoas. Durante o tempo da longa negociação, as reféns começaram a se identificar com seus captores, desenvolvendo um laço emocional com eles. Essa reação aparentemente bizarra ao sequestro, onde as reféns e captores criaram laços entre eles, tem sido documentada em outros casos, e tem sido abrangentemente chamada de Síndrome de Estocolmo (Contracapa de Loving to Survive, 1994).

Essa é uma importante perspectiva para nós, que nos debruçamos no tema das esposas, companheiras e mães de homens encarcerados, mas também para refletir como a feminilidade nos empurra a todas para a heterossexualidade e para a servidão sexual. Com esse debate, as autoras pretendem associar a relação homem-mulher à relação sequestrador-sequestrado, na tentativa de desmistificar o discurso de que “o amor justifica tudo”. Tal discurso é tão naturalizado que até mesmo em trabalhos acadêmicos persiste essa abordagem. Por exemplo, em estudos onde o tema são as esposas de presos: a pesquisadora Thaís Lemos (2013) utiliza falas dessas mulheres em redes sociais para conduzir um trabalho a partir da visão do sociólogo alemão Georg Simmel sobre o amor, e, apesar de afirmar que o sentimento não é exclusivamente o motivo para que essas relações se mantenham, ela o

1 Diário Gaúcho. Dorneles, Renato. nov. 2014. Histórias de amor atrás das grades do Presídio Central. Disponível em: <<http://bit.ly/2cxQu5c>>. Acesso em: 14/09/2016; Contra a opressão carcerária. jun. 2007. Amor atrás das grades. Disponível em: <<http://bit.ly/2csrBXS>>. Acesso em: 14/09/2016; Revista Fórum. Fideles, Nina. fev. 2012. Entre o amor e as grades. Disponível em: <<http://bit.ly/2cJrA4r>>. Acesso em: 14/09/2016; Amazônia Brasil.com. Gouveia, Luciana. jan. 2011. Mulheres encaram críticas por amor atrás das grades. Escolha - Quem opta por continuar ao lado de presos, vive cotidiano de provações. Disponível em: <<http://bit.ly/2c9BMgE>>. Acesso em: 14/09/2016; Record. Repórter Record Investigação, documentário. abr. 2015. Amor atrás das grades: RRI mostra vida de mulheres que se apaixonam por criminosos. Disponível em: <<http://bit.ly/2colWjl>>. Acesso em: 14/09/2016; Rede Brasil Atual. Stefanel, Xandra. set. 2015. Documentário trata sobre amor que move mulheres apaixonadas por detentos. “Cativas - Presas pelo coração”, de Joana Nin, não aborda questões ligadas ao sistema penal, os crimes cometidos pelos presos nem faz juízo de valor. O que importa são os sentimentos que elas vivem. Disponível em: <<http://bit.ly/2comh5I>>. E muitas outras.

considera a principal explicação. Também usam a abordagem do amor como justificativa para o comportamento das mulheres a socióloga Megan Comfort (2003, 2007, 2008); a jornalista e escritora Asha Bandele (1999); a socióloga Elaine Pimentel (2008); a cientista social Sabrina Rosa Paz (2009); a psicóloga Fernanda Bassani (2010); e a antropóloga Jacqueline Stefanny Ferraz de Lima (2013).

Na obra de Graham, Rawlings e Rigsby as autoras reforçam a ideia de que precisarmos amar aos homens para sobreviver faz parte de um projeto político² para manter mulheres subordinadas e assim garantir o poder masculino.

“Opiniões de especialistas” (opiniões de homens) nos fizeram acreditar que mulheres são inerentemente femininas, que mulheres são heterossexuais em razão de um comando genético para que acasalemos com homens e assim preservemos a espécie ou porque nós não temos um pênis (Freud 1925), e assim só é “natural” que mulheres amem homens [...] O fato da maioria das mulheres serem heterossexuais e amarem homens é tão dado como certo que poucas de nós consideram questionar isso (Graham; Rawlings; Rigsby, 1994:183).

Durante o percurso da nossa socialização, nós mulheres continuamos a ser criadas para nos vestir e comportar por meio da feminilidade, que nos é ensinada e imposta por toda a nossa vida. Quando se fala em feminilidade no senso comum, é corriqueiro que as pessoas imaginem características bem similares – doçura, delicadeza, gentileza, compreensão. Se perguntamos como

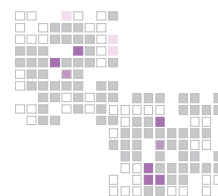
uma “mulher feminina” se veste, pelo menos no Ocidente, a resposta também não varia muito – roupas justas, saias, saltos, unhas longas e pintadas, maquiagem, cabelo longo. Cada cultura terá seus símbolos e comportamentos que marcarão o sexo feminino e as diferenças sexuais entre as pessoas. Em grande parte delas, a mulher deve respeitar os códigos sociais relacionados à feminilidade, se quiser ser vista como mulher, desejada como mulher, amada como mulher, e, em especial, desposada com filhos.

Nos séculos XVIII e XIX, aceitava-se de modo geral que as mulheres eram social, intelectual e emocionalmente inferiores; nos séculos XIX e XX, o foco mudou para os papéis supostamente “naturais” das mulheres como cuidadoras, mães, companheiras femininas dos homens. A mensagem tem sido a mesma: existem diferenças “fundamentais” entre os cérebros dos homens e das mulheres, e estas diferenças determinarão suas diferentes capacidades e personalidades e seus diferentes lugares na sociedade. Não temos meios de testar esses pressupostos, mas eles ainda são os fundamentos em que os estereótipos foram baseados imutável e firmemente (Rippon, 2021:11-12).

É preciso lembrar, portanto, que a feminilidade não é inata, nem surge junto aos artifícios estéticos. Em alguns de seus textos, as teóricas Simone de Beauvoir (1980), Margarita Pisano (2004) e Rose Marie Muraro (2017 *apud* Kramer; Sprenger) buscaram evidenciar a feminilidade como um fenômeno mais amplo, um produto da masculinidade. A feminilidade seria uma estratégia patriarcal para produzir um comportamento específico em mulheres, para a docilidade e para a subordinação.

Collins (2019), no entanto, defende que a feminilidade conforme conhecemos é o conjunto

² Para entender melhor o conceito de “heterossexualidade compulsória” como regime político de controle de corpos femininos, ler: “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica” (1980), de Adrienne Rich.



de comportamentos esperado socialmente de mulheres brancas. Segundo ela, as quatro virtudes dessas mulheres seriam piedade, pureza, submissão e domesticidade. É sobre isso o famoso discurso da oradora abolicionista Sojourner Truth, na Convenção de Mulheres em Akron, Ohio, em 1851³. Ela desafia a audiência a refletir sobre as diferenças com que eram tratadas mulheres negras e brancas na sociedade estadunidense após o período de escravidão. Audre Lorde nos provoca sobre como até hoje essas diferenças são materiais e impossíveis de serem ignoradas.

Como mulheres, compartilhamos alguns problemas; outros, não. Vocês temem que seus filhos cresçam, se unam ao patriarcado e deponham contra vocês; nós tememos que nossos filhos sejam arrancados de dentro de um carro e sejam alvejados no meio da rua, e vocês darão as costas para os motivos pelos quais eles estão morrendo (Lorde, 2019:80).

Para nós, muito embora “pureza” seja um aspecto esperado especialmente de mulheres brancas, as outras características — piedade, submissão e domesticidade — também são almeçadas de mulheres negras e racializadas em geral, pelo processo de feminilização ao qual todas nós fomos e estamos submetidas, para servir aos homens e ao seu poder sexual⁴. Nesse sentido, muito embora não seja o objetivo deste trabalho traçar um tratado demográfico sobre negritude, alguns pontos precisam ser levantados, sobre as

questões que nos unem e nos diferenciam como mulheres.

A maior parte da população carcerária no Brasil é composta por negros e pardos⁵. Da mesma forma, de acordo com o último censo, o fator racial era considerado predominante na escolha de parceiras e parceiros conjugais⁶. A partir daí, podemos inferir que a maior parte das mulheres em filas de prisão são negras, pardas ou racializadas⁷ de alguma forma, ainda que nem todas demonstrem fenótipos raciais evidentes, e ainda que parte delas não se considere racializada.

Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para suas manifestações, os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as conseqüências, diz-se que é de origem (Nogueira, 1985, p.78 Apud Silva, 200:99).

Por isso, neste trabalho, pensaremos a questão das mulheres em filas de prisão sempre atrelada à perspectiva racial, por considerarmos que esta população é atravessada por preconceitos de raça, seja de marca, seja de origem.

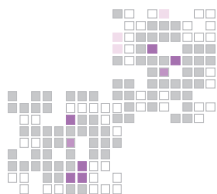
5 G1. “Proporção de negros nas prisões cresce 14% em 15 anos, enquanto a de brancos cai 19%, mostra Anuário de Segurança Pública”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/saopaulo/noticia/2020/10/19/em-15-anos-proporcao-de-negros-nas-prisoas-aumenta-14percent-ja-a-de-brancosdiminui-19percent-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghtml>>. Acesso em 07/03/2022.

6 EBC. “Pesquisa mostra que raça é fator predominante na escolha de parceiros conjugais”. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/2012/10/pesquisa-mostra-que-raca-e-fator-predominante-na-escolha-de-parceiros-conjugais>>. Acesso em: 07/03/2022.

7 Para ler mais sobre o processo de embranquecimento de negros no Brasil: Silva, Maria Nilza da. “O negro no Brasil”: um problema de raça ou de classe. Revista Mediações, Londrina, v.5, n. 2, p.99-124, jul/dez. 2000.

3 Para ler mais sobre o tema: “‘Ain’t I a woman’: A construção da imagem da mulher negra”, de Anne Kelly Barbosa da Silva (2019); “Esculpindo a ‘Nova Mulher Negra’: feminilidade e respeitabilidade nos escritos de algumas representantes da raça nos EUA (1985-1904)”, de Giovana Xavier (2013); “Mulheres, Raça e Classe”, de Angela Davis (2016).

4 Para ler mais: Frye, Marilyn. *The politics of reality: essays in feminist theory*. Berkley: Crossing Press, 1983.



Quando Patricia Hill Collins (2019) levanta o debate sobre a objetificação das mulheres negras, defende a “Outridade” como um percurso para a objetificação. A “Outridade” das mulheres enquanto casta sexual vem sendo trabalhada desde Simone de Beauvoir, quando ela defende que para que um poder de um povo se mantenha, é preciso que exista o povo subordinado; e não é diferente com as mulheres. E, para que a masculinidade possa existir, é preciso que exista a feminilidade, como um produto, ou parte da própria masculinidade, estimulada e perpetuada nas mais diferentes instituições para a manutenção do poder patriarcal (Beauvoir, 1980; Pisano, 2004; Muraro, 2017 *Apud* Kramer; Sprenger).

Concordamos com Collins, quando ela afirma que a condição de “outsiders” das mulheres afro-americanas, sua “Outridade”, sua “estranheza”, se sustenta para que a elite (branca, rica) possa existir. Se considerarmos a situação das esposas e mães de homens encarcerados no Brasil, por um sistema de justiça embranquecido e carniceiro, que empurra a juventude negra em celas superlotadas e em condições torturantes em nome de uma suposta ordem social, a afirmação de Collins faz muito sentido para nossa análise. De acordo com ela, a manutenção das imagens das mulheres negras estadunidenses como as “Outras”, por meio das mais diferentes instituições sociais, é o que justifica ideologicamente a opressão de raça, sexo e classe (2019:167).

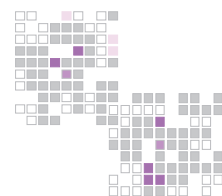
Consequentemente, para garantir que esses poderes se perpetuem, a hierarquia precisa ser propagandeada. Para isso, as opressões sociais às mulheres negras são perpetuadas também no campo midiático, constituindo o que Collins intitula de “imagens de controle”, por meio da perpetuação de estereótipos e imagens “traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida

cotidiana” (Collins, 2019:136). Essas imagens vão desde a mulher negra hipersexualizada, à mulher negra forte, à mãe-preta, entre tantas outras. Tais imagens de controle, elencadas por Collins, já existiam antes da sociedade globalizada. No entanto, a midiaticização dos processos e interações sociais intensifica e perpetua tais imagens. No caso das mulheres em filas de prisão, essa oposição se dá com relação aos homens, aos brancos e brancas, e à elite financeira que conduz o sistema penitenciário.

Segundo Audre Lorde (2019), em vários momentos, por sua própria sobrevivência, a assimilação dessa propaganda racista, misógina e elitista é levada a níveis que os grupos marginalizados na sociedade americana sentem que são errados, de certo modo adotando a linguagem de mundo do opressor (2019:77). Além disso, não resistir às amarras sociais e se render às expectativas patriarcais pode ser, para muitas mulheres, uma estratégia de sobrevivência, como vimos na analogia com a Síndrome de Estocolmo.

Ao passo que essas mulheres vêm tentando construir sua própria imagem de si, o mundo segue dizendo a elas que são inferiores e incapazes. Por isso, tentar interpretar a si mesma e ao mundo com olhares descolonizadores, como aponta Audre Lorde (2019), é um desafio e esforço constantes. A propaganda, bancada pelas mais variadas instituições, e a consequente assimilação e incorporação dessas imagens de controle poluem constantemente esse auto-olhar, e essa é a eficácia da “Outridade” das mulheres.

Torna-se necessário construir, portanto, uma crítica sobre como o estereótipo da mulher guerreira, perpetrado pelas instituições, inclusive as midiáticas, pela cultura e pela sociedade em geral, se baseia na misoginia, nos padrões de feminilidade e acabam por corresponder às “imagens de controle” sistematizadas por Collins que, por meio da midiaticização, aparecem



cristalizadas nas narrativas das próprias mulheres. Por outro lado, a apropriação por essas mulheres das mídias, associada a uma necessidade histórica de autodefinição (Collins, 2019; Lorde, 2019), as possibilita rejeitar algumas dessas imagens e construir redes de apoio entre elas.

2. A cíclica inserção institucional das mulheres

Apesar do vertiginoso crescimento populacional carcerário dos últimos anos⁸, quase não se fala de mulheres que povoam as filas de penitenciárias masculinas no Brasil; elas esporadicamente são notícia. Se a população carcerária brasileira é hoje, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), órgão ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, de 759.518 mil presos⁹, sendo mais de 700 mil em unidades prisionais e carceragens de delegacias; e se cada preso pode receber duas visitas por dia de visitação¹⁰, considerando que a quase totalidade delas é de mulheres, podemos somar aproximadamente 1,4 milhão de mulheres nas filas de prisões brasileiras.

8 Segundo dados do Depen, a taxa de aprisionamento caiu no primeiro semestre do ano de 2020, em relação a 2019, de 359,40% para 323,04% e o déficit de vagas também caiu. Mas a diminuição ainda não é significativa, comparada ao crescimento dos últimos anos e à situação prisional do Brasil no momento e durante a pandemia de Covid-19. Ver: G1. População carcerária diminui, mas Brasil ainda registra superlotação nos presídios em meio à pandemia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/populacao-carceraria-diminui-mas-brasil-ainda-registra-superlotacao-nos-presidios-em-meio-a-pandemia.ghtml>>. Acesso em: 07/03/2022.

9 Ministério Da Justiça e Segurança Pública. “Depen lança dados do Sisdepen do primeiro semestre de 2020”. Disponível em: <<https://www.gov.br/depn/pt-br/assuntos/noticias/depn-lanca-dados-do-sisdepen-do-primeiro-semester-de-2020>>. Acesso em: 07/03/2022.

10 Aliança Pela Educação. Cartilha Informações Sistema Prisional. Belo Horizonte: [s. n], [s. d]. Disponível em: https://aliancapelaeducacao.com.br/media/attachments/2019/05/30/cartilha-sistema-prisional_digital.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

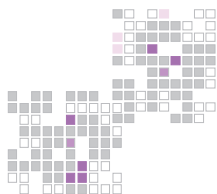
Ainda assim, é preciso alguma persistência nos sites jornalísticos para encontrar notícias, reportagens e documentários sobre o tema, e, quando são encontrados, os discursos veiculados tratam a relação entre essas pessoas de uma forma romantizada¹¹ – as matérias servem como espetáculo produzido para livrar do tédio seus espectadores, ao passo que também estimulam a naturalização e idealização dos papéis sexuais dessas mulheres. De uma forma geral, é como se as mães ou esposas, constantemente retratadas como as “guerreiras do sistema penitenciário”, escolhessem se submeter ao avassalador cotidiano de visitas em unidades carcerárias “por amor”.

De acordo com uma pesquisa realizada em julho de 2020 pelo Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e publicada pela revista Exame¹², sete em cada dez familiares não tiveram notícias de seus parentes presos durante a pandemia de coronavírus e, do total de familiares respondentes, 99% são mulheres. A revolta das esposas e parentes dos presos foi intensa e constante. Em vários dos protestos realizados por elas, gritavam “preso tem família!” em frente às câmeras de jornais.

O encarceramento de membros da família, especialmente de pais ou maridos, é responsável pela mudança na dinâmica de uma família inteira. Travis, McBride e Solomon (2005) afirmam que não só a estrutura familiar, mas

11 Estamos nos referindo à naturalização de aspectos construídos socialmente e historicamente atrelados à natureza dos sexos. Enquanto pesquisadora preocupada com as questões das mulheres na sociedade em que vivemos, torna-se importante avaliar o que está por trás dos fenômenos sociais considerados “naturais” nas diferenças sexuais, e desconfiar de explicações que não aprofundam suas análises no sentido da emancipação das mulheres.

12 EXAME. Sete em cada dez familiares não têm notícias de parente preso na pandemia. Disponível em: <https://exame.com/brasil/sete-em-cada-dez-familiares-nao-tem-noticias-de-parente-presona-pandemia/>. Acesso em: 10 out. 2020.



também a situação financeira, a entrada de bens de consumo e o modo de sustento como um todo, o suporte emocional e os planos de vida são afetados, gerando uma enorme tensão.

Carlson e Cervera (1991) sugerem que a suspensão da liberdade chega a produzir uma situação de crise familiar, sobrecarregando a mulher, ainda mais no caso de existir filhos que, na visão de Travis, McBride e Solomon (2005) sofrem impactos emocional, psicológica e financeiramente, comprometendo seus desenvolvimentos. Megan Comfort (2008 *apud* Jorge, 2011:26) destaca que ter uma relação ou um casamento com um presidiário leva mulheres a estarem sujeitas a algum tipo de prisão – a prisionização secundária.

Para Comfort (2008 *apud* Jorge, 2011:26), a prisionização secundária seria um fenômeno de socialização das normas prisionais e de sujeição ao controle penal, que leva mulheres a se apoiarem nas autoridades prisionais como instituição pública mais consistente e poderosa que dispõem. Como se não bastassem as violências que atravessam as vidas dessas mulheres, elas ainda são obrigadas a incorporar regras e linguagem institucionais como se fossem suas próprias. Trata-se de uma espécie de assimilação da instituição prisional, marcada pela aceitação de um papel de inferioridade, inculcada por meio da transformação da linguagem e das mediações sociais dos envolvidos.

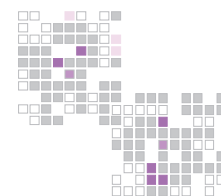
[...] Para você que não conhece eu vou explicar o ritual de um familiar de preso: um dia antes da visita ela passa o dia inteiro no fogão. Organizando aquilo que o preso ama. Uma comida caseira. O próximo passo é organizar o (Jumbo) comida nas sacolas. Antes mesmo de meia noite muitas mulheres já estão a caminho da fila. Outras já estão na fila. Isso, quando o presídio fica próximo. Porque muitas vezes, os presídios são há KM de distância... e

essas mulheres já viajaram a dias para visitar seu parente. Uma peregrinação. Uma coisa que só quem ama se submete. Frio. Sereno. Chuva. Sol. Tudo isso elas passam para entrar em um presídio. Um sofrimento que dura uma madrugada na fila. Um sofrimento que dura uma eternidade para muitas que estão há anos nessa batida. E o pior de tudo, ainda são humilhadas por funcionários públicos que a tratam muitas vezes como criminosas. Por quê? Pra que tanto ódio? Que culpa tem o familiar? (Solta o preso seu juiz Oficial. Postado em 04/03/2022).

Depois da contextualização sobre os papéis sociais atribuídos às mulheres, parece correto afirmar que apenas pessoas do sexo feminino estão socialmente habilitadas, moldadas na base da feminilidade (objetificação, servidão e Síndrome de Estocolmo), a viver com essas dificuldades. O que, por sua vez, justificaria o abandono, por parte dos cônjuges homens, nas unidades de encarceramento feminino¹³.

Em um universo de 50 páginas previamente selecionadas, aplicamos um filtro das que mantinham constantes atualizações no mês de março de 2022; depois selecionamos, entre as que tinham mais de 10 mil seguidoras, as duas mais seguidas, sendo: “Guerreiras de Fé Oficial” (56,1 mil) e “Solta o Preso Seu Juiz Oficial” (28,2 mil). Nessas páginas auto-organizadas por esposas e mães de homens encarcerados observadas no Instagram, é possível perceber que as mulheres se apoiam, reclamam juntas das inconvenientes situações às quais estão submetidas no cotidiano do afastamento físico de

13 SANTOS, Jessika Borges Lima; SILVA, Márcio Santana da. Encarceramento feminino: reflexões acerca do abandono afetivo e fatores associados. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 459-474, dez. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2019000300007&lng=pt&rm=iso>. Acesso em: 07/03/2022.



seus companheiros e filhos, das consequências da hiper institucionalização de suas vidas e servem de rede, muitas vezes tirando dúvidas umas das outras, outras vezes apenas fazendo humor de suas realidades em troca de um pouco de alívio. O próprio nome dessas páginas já demonstra como estão inseridas no universo prisional e como a alcunha de “guerreiras” foi internalizada por essas mulheres.

Imagina Aí você abre o processo do Mozão e vê escrito assim EXPEDIDO ALVARÁ DE SOLTURA, coração bate forte lágrimas escorrem e você fica naquela ansiedade e de repente o milagre da sua vida acontece. O telefone toca número desconhecido e você atende e aquela voz faz seu corpo todo se arrepiar só de ouvir e então ele fala;

- AMOR VEM ME BUSCAR CANTOU MEU ALVARÁ.

pronto e ali chega o fim do sofrimento?

SONHO QUE UM DIA VAI SER REALIZADO. (Solta o preso seu juiz Oficial.

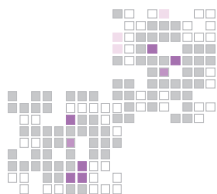
Postado em 07/03/2022)

A maior parte dessas páginas tem nomes similares, sempre se referendo às instituições penais e à família que pretendem manter, por meio da tarefa do cuidado. Muitas referências são também encontradas sobre igrejas e a relação com entidades cristãs: “eu vou te fortalecer no sofrimento, vou te levantar na queda, vou fazer você sorrir quando chorar, e vou estar ali na dor na alegria e na tristeza!!!! eu por você, você por mim e Deus por nós”, foi a última publicação de uma das páginas. Nos comentários, mulheres marcando seus parceiros e reforçando que sempre estariam ali por eles. Esse fenômeno também foi, em 2015, observado por um dos autores em algumas páginas do Facebook; e, ainda anteriormente, observado por Duarte (2013), embora tenha sido tratado sob outra perspectiva.

Em entrevista ao canal da Carta Capital, #tvCarta, a jornalista e cineasta Joana Nin, diretora do documentário “Cativas: presas pelo coração” (2015), diz acreditar que as mulheres têm um papel fundamental no processo de “ressocialização dos presos” e que isso “não é aproveitado” pelo sistema. Ela considera o fato de o Estado tratar mães e esposas de presos como se fossem criminosas um “desperdício do potencial da entrada das famílias na prisão”. Ou seja, o Estado deveria estar aproveitando melhor as mulheres na tarefa de docilizar os homens em situação de cárcere. A fala de Joana Nin demonstra não só apoio às instituições penais, como um senso comum que aparece e muito nas notícias de jornais e cristalizado nos cotidianos: a ideia de que mulheres são responsáveis por “melhorar” os homens. Esta ideia reflete também a história da entrada das mulheres na prisão.

Pesquisas de textos jurídicos e arquivos públicos demonstram que o ingresso da mulher no universo prisional masculino é um fenômeno recente, intensificado a partir da década de 1980. Autores [...] relacionam o aumento da entrada feminina na prisão a dois principais motivos: o desejo do preso, manifestado como reivindicação de grupo social; e uma preocupação institucional em estabelecer “traços de civilidade” na prisão (Bassani, 2010, p. 265).

Mirabete nomeia o período anterior à entrada das mulheres na prisão “a era da depravação”. Diz que havia poucas regras e que “os valores sociais clássicos eram degenerados pelas práticas homossexuais não consentidas em larga escala, gerando uma situação de caos social” (2005 *apud* Bassani, 2010, p. 265). Para a sociedade patriarcal, que educa mulheres a servir com docilidade usando como base contos de fadas feminilizantes, o papel de “anjos tranquilizantes”



e da “transformação de sapos em príncipes” não poderia ser mais bem executado. Esse é um discurso de objetificação e de controle social dos corpos de mulheres: elas levam comida, se arrumam, fazem visitas íntimas e, com isso, inibem rebeliões e comportamentos tidos como agressivos dentro de uma instituição prisional.

3. Os desafios da autodefinição

“Alguém para ajudar a guerreira”: era assim que se iniciavam várias das mensagens publicadas nas páginas destinadas às parentes de pessoas encarceradas. Seja para descobrir qual procedimento correto para obter a carteirinha de “amiga” – visitas que não são oficialmente casadas; seja para conseguir a lista atualizada de “sucata” (ou “jumbo”) – como se referem aos produtos que costumam faltar e podem ser levados nos dias de visita; seja para solicitar auxílio jurídico para leitura de alvarás; ou mesmo para tomar conhecimento sobre o processo de união estável, depois que o namorado vai preso. A cada comentário feito em quaisquer postagens, há novas denúncias de não cumprimento de direitos humanos e pedidos de ajuda.

Ao criarem redes sociais na internet, as mulheres entram em contato com outras pessoas em situação parecida com a que se encontram e, com isso, conseguem trocar suas experiências relacionadas ao sistema prisional. Ainda que não estabeleçam necessariamente um contato físico entre si, face a face, as mulheres desenvolvem uma espécie de solidariedade de grupo e, nesses locais da rede, dividem algumas das questões geradas a partir do contato que estabeleceram com o sistema prisional (Duarte, 2013: 204).

O espaço das redes sociais de esposas e mães de pessoas em situação de cárcere acaba se tornando uma espécie de púlpito onde conseguem expressar suas angústias e se relacionar umas com as outras,

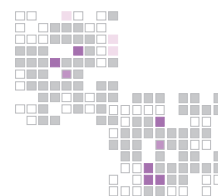
ouvindo e oferecendo suporte, para além das filas de prisão, e ampliando o público que pode ouvir e se identificar. Por outro lado, considerando o caso das comunidades de Orkut pesquisadas por Duarte (2013), e das comunidades de Facebook consideradas por um dos autores, em 2015, as interações via Instagram se tornaram menos locais, com menos possibilidades de encontro e apoio presencial.

Se as anteriores funcionavam para conseguir carona, advogadas e até uma companheira que pudesse levar comida para seu marido ou filho, agora as redes funcionam mais como desabafo, conselhos e para encontro de mulheres que se sentem da mesma forma. O desenvolvimento e o hiper uso das redes sociais não necessariamente melhorou a forma de se comunicar e construir redes dessas mulheres, mas, certamente, modificou seus cotidianos e produziu, junto a elas, novas formas de expressão, ao passo em que tem aprofundado a dependência dessas mulheres pela efêmera comunicação possibilitada pela efervescente midiatização dos cotidianos.

Vale lembrar também alguns exemplos quando, nas mídias tradicionais, as imagens veiculadas sobre mulheres estão profundamente atreladas aos estereótipos, símbolos e comportamentos tradicionalmente ligados à feminilidade. Mulheres hiperssexualizadas¹⁴; mulheres racializadas em filas de prisão sendo retratadas como “mulheres que amam criminosos”¹⁵; etc. Com tudo isso permeando os canais tradicionais

14 PORTAL RECUSE A CLICAR. “Café da Manhã ou empoderamento feminino: o que Luísa realmente nos oferece?”. Publicado em 11/02/2022. Disponível em: <<https://medium.com/recuse-a-clicar/caf%C3%A9-da-manh%C3%A3-ou-empoderamento-feminino-o-que-lu%C3%ADsa-realmente-nos-oferece-cdfbaddae17d>>. Acesso em: 12/02/2022.

15 PORTAL R7. “Amor atrás das grades: RRI mostra vida de mulheres que se apaixonam por criminosos”. Disponível em: <<https://recordtv.r7.com/reporter-record-investigacao/videos/amor-atras-das-grades-rri-mostra-vida-de-mulheres-que-se-apaixonam-por-criminosos-14092018>>. Publicado em: 09/04/2015. Acesso em: 03/02/2022.



de comunicação, e tanta propaganda masculinista reproduzida sobre nós nessa sociedade, não é possível esperar que seja diferente das mídias auto-organizadas.

Na página “Guerreiras de fé Oficial”, grande parte do conteúdo é sobre rivalidade feminina, apontada neste artigo como uma forte característica ensinada no processo da socialização feminina. “Tem umas mina que é tão trouxa que chega da dó’ (publicado em 08/03/2022); e “Ah mas ele não me larga. Claro você aceita tudo, aceita chifre, porrada, aceita ele sair e voltar a hora que quer, não importa o que ele faça você sempre está de perna aberta esperando ele chegar, ele não tá contigo pq te ama ele tá contigo pq tu aceita oq outra não aceitaria!”; etc.

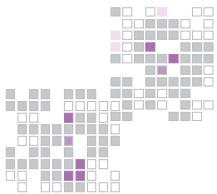
No entanto, nessas mesmas páginas elas insistem em criar redes de apoio a outras mulheres, e isso não pode ser negado. “Não fica surtando não, postura e conduta não se cobram, quem tem, tem. Se a pessoa gostasse tanto assim de você, não pagava pra vacilar. Saia de cena, não tem vingança melhor que o desprezo” (“Guerreiras de fé”. Publicado em 20/02/2022). Se autorreferenciar e redefinir, abandonando as lentes coloniais (Lorde, 2019), numa sociedade que educa mulheres para a submissão, desde as menores às maiores instituições sociais, não é mesmo tarefa fácil. Mas as mulheres seguem tentando.

Em seu texto, “Para começo de conversa: alguns apontamentos sobre as barreiras entre as mulheres e o amor” (2019) Lorde aponta como nos grupos sociais de que fazemos parte, somos responsáveis por refletir as mais variadas formas de opressão e a necessidade de autodefinição. “Para as mulheres negras, assim como para os homens negros, é evidente que, se nós não nos definirmos, seremos definidos pelos outros – para proveito deles e nosso prejuízo” (Lorde, 2019:58). Ao passo que Collins (2019) afirma que quanto mais as mulheres negras tentam se auto

definir, maiores são as tentativas de categorizá-las, diminuí-las, disseminar mentiras sobre elas, Lorde (2019) defende que o avanço de mulheres negras que usam sua própria perspectiva a serviço do autoconhecimento, e se tornam prontas para explorar e buscar seu próprio poder, seus próprios interesses dentro de suas comunidades, deveria ser de interesse de toda comunidade negra, pois está a serviço da libertação de todos. Ela diz que quando as mulheres negras se unirem para examinar as forças e alianças, para reconhecer genuinamente seus interesses sociais, políticos, emocionais, ocorrerá um avanço geral da comunidade negra.

Quanto à condição de “Outridade” das mulheres negras, ao mesmo tempo em que massacra as subjetividades, também as impulsiona à resistência. “Muitas mulheres negras, quando se viram confrontadas com essa injustiça estrutural dirigida a nosso grupo, reafirmaram nosso direito de definir nossa própria realidade, estabelecer nossa própria identidade e dar nome a nossa história” (Collins, 2019:169-170). Significa dizer que apesar da ampla difusão de imagens misóginas e depreciativas, das tentativas de rompimentos e rivalidade estimulada ao longo dos anos, mulheres negras têm resistido a essas pretensas justificativas de sua opressão.

O fenômeno da midiaticização é tanto responsável pelo reforço da assimilação das mulheres de seus papéis sexuais, quanto possibilita a troca que elas articulam por lá, acelerando e impulsionando essas relações. São espaços onde a resistência à pura assimilação de imagens negativas acontece amplamente. Para Collins, a literatura de autoras negras, ao mesmo tempo em que mostra como o uso de álcool, drogas, religiosidade, negação, loucura foram estratégias para fugir da dor da negritude num mundo racista; também apresenta histórias de crescimento pessoal e rejeição das imagens de controle de inúmeras mulheres que buscavam o autoconhecimento e a autodefinição



(2019:206). Podemos utilizar a mesma lógica para as redes sociais analisadas, onde se encontram muitos aspectos da socialização feminina e também estratégias para romper com esses aspectos.

As mulheres emergentes perceberam que uma das formas de sobreviver ao desrespeito cotidiano e aos ataques diretos inerentes às imagens de controle é “se rebelar”. É nesse momento que o silêncio se transforma em fala,

que a quietude se transforma em ação. Como diz Karla Holloway, ‘não há vencedores nessa situação, mas muitas vezes a gente se sente melhor’ (Collins, 2019:211).

Conforme ensinam Lorde (2019), hooks (1989:42) e Collins (2019:2006-11), é um direito de cada ser humano definir as próprias realidades, identidades, e nomear a própria história. Se não nomearmos e não definirmos a nós mesmas, seremos definidas pelos outros.

Referências

- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo sexo – fatos e mitos*; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.
- COLLINS, Patricia. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- COMFORT, Megan. “Partilhamos tudo o que podemos”: a dualização do corpo recluso nos romances através das grades. *Análise social*, Lisboa, v. 42, n. 185, p. 1055-1079, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n185/n185a06.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.
- DWORKIN, Andrea. *Our blood: Prophecies and discourses on sexual politics* (1976). Disponível em: <<http://bit.ly/2cPkH1F>>. Acesso em: 11/09/2016.
- FRYE, Marilyn. *The politics of reality: essays in feminist theory*. Berkley: Crossing Press, 1983.
- GRAHAM, Dee L. R., Rawlings, Edna I., & Rigsby, Roberta K. (1994). *Loving to survive: Sexual terror, men's violence, and women's lives*. New York University Press.
- HOOKS, bell. *Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black* (Boston, South End, 1989:42).
- JORGE, Carlos Manuel dos Santos. *Prisionização secundária: a outra face da prisão*. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Beira Interior, Covilhã.
- LERNER, Gerda. *A origem do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- MURARO, Rose Marie. In KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O martelo das feiticeiras*. 20ª ed. Rio de Janeiro, Record: 2017.
- PISANO, Margarita. *El triunfo de la masculinidad*. Santiago: Surada Ediciones, 2004.
- RICH, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. Revista Bagoas, Natal, v. 4, n. 05, p.17-44, 27 nov. 2012.
- RIPPON, Gina. *Gênero e os nossos cérebros: Como a neurociência acabou com o mito de um cérebro feminino ou masculino*. Tradução de Ryta Vinagre. Rocco Digital, 1ª Edição, 2021.
- SILVA, Maria Nilza. *O negro no Brasil: um problema de raça ou de classe*. Revista Mediações, Londrina, v.5, n. 2, p.99-124, jul/dez. 2000.

